

Moreira Mariz



SABATINA O diplomata Antonio José (E) conversa com o senador Eduardo Suplicy antes de expor sua opinião sobre as relações Brasil-Timor Leste

Embaixador para o Timor Leste é aprovado pela CRE

A indicação do diplomata Antonio José Maria de Souza e Silva para o cargo de embaixador do Brasil no Timor Leste foi aceita ontem pela Comissão de Relações Exteriores e De-

fesa Nacional (CRE). Agora, a mensagem do presidente da República vai ao Plenário do Senado. A comissão aprovou mais duas indicações para embaixadas e duas audiências públicas.

Página 7

Geraldo Magalhães



PROVIDÊNCIAS Sarney e João Paulo saem do encontro: a intenção, segundo o presidente da Câmara, é patrocinar pacificar a CPI

Sarney e João Paulo tentam solução para CPI do Banestado

Presidentes do Senado e da Câmara vão realizar reuniões separadas com Antero de Barros e José Mentor em busca de um roteiro que viabilize a conclusão dos trabalhos da comissão.

Página 4

Plenário deve votar Lei de Biossegurança

Sessão extraordinária é convocada para as 10h de hoje a fim de deliberar sobre o projeto que inclui normas relativas aos alimentos transgênicos e ao uso de células-tronco

Página 3



DEBATE Presidida por Tebet (E), a CAE decidiu também marcar duas audiências para discutir o projeto que cria as PPPs

Empréstimos aceitos pela CAE totalizam US\$ 605 mi

Dois empréstimos aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) totalizam US\$ 605 milhões. O primeiro, de US\$ 505 milhões, se destina a reforçar as reservas internacionais do país. O segundo, de US\$ 100 milhões, financia a segunda etapa do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde. Ambos os empréstimos serão contratados com o Banco Mundial. A comissão aprovou também a inclusão dos estados e do DF em nova modalidade de empréstimo.

Página 5

J. Freitas



RECURSOS Acompanhado por Juca Ferreira (E), secretário-executivo do ministério, Gilberto Gil chega para audiência na Comissão de Educação

Gil busca dinheiro para museus e bibliotecas

Ministro pede à Comissão de Educação do Senado que patrocine emendas ao Orçamento para destinar R\$ 100 milhões à conservação de museus e R\$ 80 milhões à rede de bibliotecas públicas.

Página 8



SEGURANÇA Papaléo afirma que situação das BRs estaria pior se não fosse o trabalho desse órgão

Papaléo aplaude atuação da Polícia Rodoviária

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) elogiou ontem o trabalho realizado pela Polícia Rodoviária Federal e recomendou que ela mantenha sua linha de atuação. Na opinião do parlamentar, as rodovias brasileiras representam um gargalo no desenvolvimento do país, pois grande parte da malha rodoviária se encontra em estado precário.

– Certamente, essa situação seria mais crítica se não fosse a atuação da Polícia Rodoviária, que tem realizado um bom trabalho de segurança do tráfego, de combate à prostituição infantil, ao narcotráfico e ao tráfico de armas.

O senador lembrou que em 2003 a Polícia Rodoviária apreendeu 57 toneladas de maconha, uma tonelada de cocaína, 812 mil CDs piratas, 1.375.240 pacotes de cigarros contrabandeados e 2.192 armas de fogo. Além disso, recuperou 5.304 veículos e apreendeu outros 170.610.

Papaléo também ressaltou que a Polícia Rodoviária Federal tem passado por um processo de modernização, com reestruturação administrativa e maior capacitação de seu pessoal.

Agenda

Biossegurança deve ser votada hoje

O projeto da Lei de Biossegurança (PLC 9/04), que trata da regulamentação e fiscalização de organismos geneticamente modificados, como os transgênicos, deve ser votado hoje, em sessão extraordinária marcada para as 10h. Às 14h30, o Plenário realiza nova sessão para discutir os demais itens da pauta. O presidente do Senado, José Sarney, tem audiência hoje, às 13h, com o ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Auditorias em obras públicas

Na reunião de hoje, às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota dois avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em obras sob a responsabilidade da Cia. Docas do Estado de São Paulo (Codes) e no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), além de requerimentos solicitando audiências públicas.

CCJ examina crime contra sistema financeiro

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute hoje, em reunião marcada para as 10h, o projeto (PLS 170/04) que pune com maior rigor os crimes contra o sistema financeiro nacional. A proposta altera dispositivo da Lei do Colarinho Branco e pune com 3 a 12 anos de reclusão a pessoa que gerir fraudulentamente instituições financeiras.



Bulas com letras legíveis

Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje às 11h, está a emenda apresentada ao projeto que aumenta

para dez meses a vigência do seguro-desemprego (PLS 54/02), além das propostas que tornam obrigatórias a impressão de bulas

em tamanho legível (PLS 24/04) e a presença de psicólogo hospitalar nos serviços de saúde público e privado (PLS 77/03).

Ano da Mulher

Após a ordem do dia de hoje, a Comissão Especial do Ano da Mulher promove reunião para eleger o vice-presidente do colegiado. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), presidente do colegiado, também falará aos senadores sobre o Ano da Mulher Latino-Americana.



A Voz do Cidadão

Pelo telefone 0800-61-2211, o cidadão de qualquer lugar do Brasil pode entrar em contato com o Senado para tirar dúvidas, fazer sugestões ou reclamações. É o serviço A Voz do Cidadão, que funciona 24 horas, sem nenhum custo. As mensagens recebidas são enviadas aos órgãos competentes.

TV Senado

O *Cidadania* de hoje, às 19h30, discute sobre jogos eletrônicos com o secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna, e o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, Sérgio Amadeu. Às 20h30, a escritora Alessandra Silvestri Levy comenta o livro *Cuba por Korda*.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



EXEMPLO Pavan observa que profissionais da atividade prestam serviços relevantes para a população

Recuo na extinção de mototáxi ganha elogio

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou a decisão do ministro das Cidades, Olívio Dutra, de recuar na sua decisão de extinguir a atividade de mototáxi em todo o país. Citando o exemplo de Balneário Camboriú, município de Santa Catarina do qual foi prefeito, Pavan ressaltou que, com a profissão regulamentada e com fiscalização eficiente, o mototaxista poderá prestar serviço relevante para a população.

Quando prefeito, conforme lembrou, Leonel Pavan aprovou na câmara municipal uma lei legalizando essa atividade. Ele registrou que o texto da legislação encaminhado para análise dos vereadores foi elaborado com o apoio da sociedade e dos empresários que operam o transporte público naquele município.

Em Balneário Camboriú, explicou Leonel Pavan, o passageiro de mototáxi utiliza uma touca descartável sob o capacete, por questões de higiene. O escapamento da motocicleta também tem uma proteção, para evitar queimaduras. Tanto o mototaxista quanto seu passageiro dispõem de seguro de vida.

– Balneário Camboriú foi o primeiro município a aprovar esse tipo de legislação – afirmou Pavan.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que, quando governou Minas Gerais, sancionou projeto aprovado pela assembleia legislativa autorizando esse tipo de atividade, desde que fosse regulamentada em cada município.

Já o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que a profissão de mototaxista tem beneficiado milhares de famílias desempregadas no seu estado. Ele recordou que tramita na Câmara dos Deputados projeto já aprovado pelo Senado que regulamenta esse tipo de profissão.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Estatuto do Estrangeiro em discussão

A Subcomissão Temporária de Turismo do Senado aprovou requerimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) que convida o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, o presidente da Associação dos Juizes Federais, Jorge Antônio Maurique, e o representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Humberto Figueiredo para debater a proposta do Estatuto do Estrangeiro, em elaboração no Ministério da Justiça.

Pavan também teve aprovado requerimento que convida o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, para examinar a proposta orçamentária de sua pasta em 2005. Outro requerimento acolhido, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), convida o presidente da Embratur, Eduardo Sanovics, para debater a implantação de escritórios brasileiros de turismo.

Foi acolhido ainda requerimento de Valdir Raupp (PMDB-RO) convidando o ministro das Comunicações para discutir a criação de canal internacional de televisão.

Livro reúne experiências em educação

Em solenidade ontem, no Auditório do Interlegis, foi lançado o livro *Educação e Conhecimento – a experiência dos que avançam*, organizado a partir de seminário promovido pelo Ministério da Educação e pela Unesco. O livro relaciona experiências de sucesso que países como Coréia do Sul, Espanha, Malásia, Inglaterra, Irlanda e Finlândia obtiveram nas áreas de tecnologia, ciência e educação.

O senador Cristovam Buarque (PT-DF), que participou do evento, fez análise da situação brasileira, afirmando que o país está atrasado na educação devido a fatores culturais, políticos e econômicos.

– É preciso fazer da educação uma questão federal e não apenas municipal – defendeu ele.

Também presentes ao evento o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, o diretor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do MEC, Renato Ribeiro, e a deputada federal Raquel Teixeira (PSDB-GO).



APOIO Manifestação reúne entidades favoráveis a pesquisa com embriões para fins terapêuticos

Acordo pode permitir votação da biossegurança

■ Plenário deve decidir hoje, em sessão extraordinária, sobre transgênicos e uso de células embrionárias

Será realizada hoje, a partir das 10h, sessão deliberativa extraordinária para a votação do projeto da Lei de Biossegurança, que inclui normas relativas aos alimentos transgênicos e à pesquisa genética com células embrionárias, visando à cura de doenças. A votação é resultado de acordo de líderes partidários, anunciado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney.

A matéria será colocada em exame na forma de substitutivo, apoiado em parecer de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovado

conjuntamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se o parecer for rejeitado, entrará automaticamente em votação o projeto original, aprovado na Câmara dos Deputados (PLC 9/04). O parecer, entretanto, pode voltar às comissões, se forem apresentadas emendas de Plenário.

Enquanto o projeto da Câmara dá mais poderes ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), um colegiado político, para decidir sobre as plantas transgênicas, o substitutivo transfere parte desses poderes para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTN-Bio), colegiado técnico.

Outra diferença entre os dois textos é que o PLC 9/04 proíbe a pesquisa genética com embriões humanos destinada à des-

coberta de cura para doenças degenerativas. O substitutivo, embora proíba a “clonagem terapêutica”, permite a pesquisa com células embrionárias em estágio anterior ao da formação de terminações nervosas.

No substitutivo, foi suprimido tributo para financiar pesquisa de transgênicos no âmbito da agricultura familiar, mas a obrigatoriedade de rotulagem dos produtos foi mantida, assim como o critério de escolha dos integrantes da CTN-Bio.

Sessão ordinária

A partir das 14h30, o Senado realiza a sessão plenária ordinária, durante a qual será examinado o projeto de lei do Senado (PLS 240/02) que trata da política nacional de gerenciamento de recursos hídricos, entre outros. A reforma do Judiciário não está incluída na pauta de hoje.

País precisa acompanhar avanço dos transgênicos, diz Suassuna

O senador Ney Suassuna defendeu ontem em Plenário a aprovação do projeto da Lei de Biossegurança, na forma de substitutivo de sua autoria, que regulamenta o plantio e a comercialização de transgênicos, bem como a pesquisa genética com vistas à cura de doenças.

– Não podemos dar as costas ao avanço tecnológico e à oportunidade de salvar vidas – disse Suassuna.

Na opinião do parlamentar, um país agrícola como o Brasil precisa estar atento ao avanço do consumo de transgênicos nos Estados Unidos e na Europa, onde centenas de produtos

à base dessas plantas geneticamente modificadas são ofertados à população. Suassuna destacou as vantagens dos transgênicos, entre as quais o baixo uso de agrotóxicos.

O conteúdo do discurso de Suassuna foi criticado, em apartes, pelos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Heloísa Helena (PSOL-AL). O senador lembrou que a empresa multinacional Monsanto, detentora da patente dos transgênicos, elevou em 100%, de US\$ 0,60 para US\$ 1,20, o valor do *royalty* por saca de 60 quilos, ao passo que o valor da saca no mercado internacional caiu de US\$ 50



AMBIENTE Suassuna aponta o baixo uso de agrotóxicos como uma das vantagens das culturas transgênicas

para US\$ 30.

Referindo-se às pesquisas com células-tronco embrionárias, Ney Suassuna observou que a sua aprovação permitirá o aproveitamento de material remanescente de processos de fertilização *in vitro* e que seria descartado.

Plenário vota projeto sobre prevenção do câncer

O Plenário do Senado pode votar hoje, na sessão das 14h30, projeto que obriga fabricantes de roupas íntimas a imprimirem nas embalagens orientações sobre a importância de exames preventivos para que sejam detectados ainda no início cânceres de mama, de colo do útero e da próstata (PLC 88/00). Trata-se de projeto oriundo da Câmara que, nas comissões do Senado, recebeu pareceres a favor e contra.

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) concordou com a idéia geral do projeto, mas fez uma alteração: as recomendações não deverão ficar nas embalagens, mas nas etiquetas dos produtos. Ela argumentou que a embalagem é descartada, enquanto a etiqueta tem longa duração, dando mais eficiência às recomendações.

Já na Comissão de Educação (CE), o relator, senador Papaléo Paes (PMDB-AP), recomendou a rejeição do projeto, argumentando que tais informações serão inócuas para seus usuários. Importante, na opinião do senador, são as campanhas públicas para que homens e mulheres façam exames de prevenção de câncer.

Papaléo lembra que tal exigência fere o artigo 1º da Constituição, que estabelece a “livre iniciativa” entre os fundamentos do Estado democrático de direito. Ele acrescenta que, pelo artigo 196 da Constituição, saúde é dever do Estado, e não das empresas.

“Trata-se de situação diferente das advertências contidas em cigarros, bebidas e agrotóxicos, porque o uso destes produtos pode afetar a saúde das pessoas”, afirma o senador. Ele observa que usar ou não roupa íntima não aumenta ou diminui o risco de câncer.

Recursos hídricos

Os senadores poderão ainda votar projeto determinando que a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos seja utilizada na bacia hidrográfica em que foi gerada (PLS 240/02).

Também devem ser discutidas seis propostas de emenda constitucional, sendo uma delas a que determina que o presidente da República compareça ao Congresso na primeira sessão do ano.

Senado e Câmara tentam definir roteiro para CPI

■ Sarney e João Paulo decidem conversar separadamente com presidente e relator da comissão

O presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, esteve no Senado ontem à tarde com o presidente da Casa, José Sarney, para conversar sobre um roteiro final para a CPI do Banestado. Com isso, de acordo com João Paulo, ficou cancelada a idéia de as Mesas das duas Casas do Legislativo se reunirem para tratar do assunto.

– Ficou acertado que eu devo convocar o deputado José Mentor (PT-SP) para uma reunião amanhã e o presidente José Sarney deve convocar o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) para uma reunião semelhante. E com isso nós esperamos definir um roteiro final para essa CPI.

Conforme o presidente da Câmara, se essa reunião produzir um caminho satisfatório, dispensará a reunião anteriormente prevista entre as Mesas



Geraldo Magela

UNIÃO João Paulo e José Sarney afirmam que conversas reservadas com responsáveis pela CPI do Banestado poderão resolver a polêmica

do Senado e da Câmara. Ele explicou por que foram decididas essas conversas separadas com o presidente e o relator da CPI do Banestado.

– Como a CPI precisa retomar a normalidade para ter um fim, e os maiores responsáveis por ela são o presidente e o relator, nada melhor do que conversar com eles. Então nós achamos melhor conversar individualmente com cada um deles.

João Paulo também lembrou que a CPI tem um prazo para encerrar seus trabalhos e que dentro desse prazo serão tomadas providências para que suas

atividades sejam encerradas.

– Evidentemente, nem eu nem o presidente do Senado vamos interferir na CPI. Só vamos tentar orientar um acordo.

Vazamento

Indagado sobre o vazamento de informações relativas ao envio de recursos para o exterior por meio de contas CC-5, João Paulo Cunha afirmou que, “se alguém souber como vazou e se as apurações que estão sendo conduzidas chegarem a algum responsável ou a alguns responsáveis, certamente eles serão punidos”.

Azeredo diz que governo não aplica verbas da Cide em rodovia

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse ontem que o governo federal incorre em crime de omissão e de responsabilidade ao não empregar o dinheiro arrecadado com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação e manutenção das estradas federais. A conservação da malha rodoviária foi o principal motivo alegado pelo governo para a aprovação dessa contribuição pelo Congresso.

Para Azeredo, os parlamentares não podem mais aceitar o desrespeito às decisões legislativas, como a que aprovou a Cide, cuja arrecadação somou R\$ 8 bilhões este ano.

– O governo não cumpre a lei porque não quer – afirmou.

Segundo o senador, o governo só irá recuperar as estradas quando estiver mais próxima a eleição presidencial de 2006, em “um comportamento frio e calculista de quem só pensa na próxima eleição e no poder”.

Azeredo declarou que o governo parece estar conformado com as perdas materiais e humanas causadas pelo péssimo



Roosevelt Pinheiro

DESRESPEITO Azeredo vê omissão do governo ao não aplicar recursos na recuperação das estradas

estado das rodovias, o que, para o senador, caracteriza grande desprezo pela vida.

Azeredo citou várias rodovias federais em Minas Gerais que percorreu recentemente, todas em “situação calamitosa”, como ele qualificou. Na BR-367, no Vale do Jequitinhonha, “ainda existe algum asfalto em meio aos buracos”. Também é péssimo o estado da BR-459, que liga Pouso Alegre a Poços de Caldas, duas importantes cidades do sul de Minas. Na Rodovia Fernão Dias, faltam os acessos a Varginha e Pouso Alegre, informou.

No norte de Minas, apontou o senador, é “um espetáculo triste” o estado da rodovia que liga Belo Horizonte a Montes Claros. Também estão em situação deplorável a BR-16, na Zona da Mata, e a BR-262, que vai de Vitória (ES) até Uberaba (MG).

Senadores pedem informações sobre gastos com bancos falidos

O Senado quer saber quanto o Banco Central gasta mensalmente com instituições financeiras em processo de liquidação extrajudicial. Em reunião realizada ontem, a Subcomissão Temporária de Liquidação de Instituições Financeiras aprovou requerimento dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) endereçando esse e outros oito questionamentos ao presidente do BC, Henrique Meirelles.

Os senadores querem saber com exatidão a quantidade de instituições em liquidação e há quanto tempo cada uma delas encontra-se sob esse regime. O requerimento solicita informações sobre o custo da administração dos principais bancos quebrados: Nacional, Bamerindus, Econômico, Mercantil de Pernambuco e Banorte.

Outro esclarecimento é sobre os poderes dos liquidantes nomeados pelo Banco Central, se



Geraldo Magela

QUESTIONAMENTOS Raupp, Tourinho e Lobão durante reunião da Subcomissão Temporária de Liquidação de Instituições Financeiras

eles podem contratar funcionários e a quem eles se reportam por seus atos.

A subcomissão decidiu ouvir, a partir do próximo dia 19, representantes das principais instituições, a começar pelo Banco Mercantil de Pernambuco.

– Há hoje quase uma centena de instituições em regime de liquidação extrajudicial, geridas por liquidantes nomeados pelo Banco Central, em um processo que tem consumido recursos

vultosos do Tesouro Nacional. Só o Econômico demanda atualmente aportes de quase R\$ 1 bilhão por ano – afirmou o senador Aelton Freitas (PL-MG), presidente da subcomissão.

Aelton disse que o papel do Senado será recomendar ao BC medidas que possam conferir maior transparência a essas gestões. O presidente do BC também deverá vir ao Senado para tratar especificamente das liquidações extrajudiciais, informou Aelton Freitas.

Tourinho alerta para retorno da guerra fiscal entre estados

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) alertou ontem para o retorno da guerra fiscal entre os estados. Ele responsabilizou o governo federal por não cumprir o acordo firmado com o Congresso Nacional para a aprovação da reforma tributária, que está paralisada na Câmara dos Deputados após ter sido aprovada pelo Senado Federal, em 2003.

O senador assinalou que a defesa dos interesses dos estados pelos respectivos secretários de Fazenda é natural e legítima, mas o acirramento que está ocorrendo é preocupante para o país e não contribui para o crescimento sustentado da economia. O retorno da guerra fiscal, na opinião do senador, é consequência das dificuldades encontradas na Câmara para a retomada da apreciação da emenda constitucional da reforma tributária.

– É fundamental que a Câmara conclua a votação da reforma e retorne ao texto uma data-limite para unificação do ICMS, caso contrário a situação do sistema tributário nacional tende a piorar para os estados. A unificação do ICMS era e é o melhor caminho para acabar com a guerra fiscal – afirmou.

O senador ressaltou que não é hora de os estados brigarem entre si, “pois já estão em situação de penúria fiscal e o conflito resultará em perdas para todos”, acrescentando que o momento requer uma solução para o impasse e a conclusão da reforma.

– Afinal, não é o momento de transformar uma guerra simbólica em uma guerra real, de fechamento de divisas estaduais e bloqueio de caminhões – frisou.

Perigo

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que, em reunião há 15 dias, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, manifestou a crença de que a arrecadação dos estados irá melhorar após a aprovação da reforma. Azeredo afirmou que a guerra fiscal está “chegando a um ponto perigoso”. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) observou que “não agrada a ninguém dividir o que tem” e que, apesar de o assunto ser desagradável ao governo, é preciso encontrar um equilíbrio.

Tourinho também defendeu a retomada de políticas voltadas para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas do país.

Antecipação de crédito para dívida ativa de governos

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentou ontem, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), relatório favorável ao pedido para reexaminar o projeto de resolução do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que autoriza as prefeituras a ceder a cobrança de sua dívida ativa consolidada para as instituições financeiras, que, em troca, antecipariam o valor dos créditos. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) considerou o projeto (PRS 57/03) "altamente moralizante" porque contribui para eliminar os incentivos à sonegação fiscal.

Mas o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), manifestou o seu receio de que o projeto possa de alguma forma ressuscitar as "malfadadas" operações de antecipação de receita orçamentária (ARO). Ele pediu para estudar melhor a redação da matéria e sugeriu que, no lugar de uma autorização para cobrança da dívida ativa e antecipação do valor pelos bancos, esses créditos sejam vendidos ao setor privado.

A proposta inicial de Sérgio Cabral era de uma antecipação de 30% do total a ser cobrado pelas instituições financeiras. Mas o parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e o primeiro relatório de Jonas Pinheiro na CAE ampliaram o limite da operação até o valor de face dos créditos. A senadora licenciada, Maria do Carmo Alves, pediu o reexame da matéria pela CAE com o objetivo de incluir os governos estaduais e o Distrito Federal nessa mesma modalidade de operação. O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu vista coletiva à matéria por cinco dias.



RELATÓRIO Jonas Pinheiro manifestou-se a favor do reexame de projeto pela comissão



DECISÃO Ramez Tebet (E) preside reunião em que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou diversas propostas

CAE autoriza empréstimo de US\$ 605 milhões

Recursos do Banco Mundial visam reforçar as reservas do país e financiar programas de saúde

Empréstimo do Banco Mundial no valor de US\$ 505,05 milhões para reforçar as reservas internacionais do país foi autorizado ontem pelos senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na forma de projeto de resolução. O Brasil, segundo o relator da matéria, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), cumpriu as metas estabelecidas na área de preservação ambiental que condicionavam o financiamento. Com isso, os recursos poderão ser desembolsados de uma só vez até dezembro deste ano.

No seu relatório, Bezerra citou a título de ilustração algumas dessas metas, como a reorganização do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a criação da carreira de especialista em meio ambiente, com a contratação de 700 desses profissionais; a aprovação da lei de proteção da Mata Atlântica em dezembro do ano passado, pela Câmara dos Deputados; e a criação da Comissão Nacional de Substâncias Químicas, em abril de 2003, para formular um programa de segurança química.

Saúde

A CAE também aprovou, na mesma reunião, autorização para a União contratar US\$ 100 milhões junto ao Banco Mundial com o intuito de financiar parcialmente a segunda etapa do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus II), projeto a ser executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Conforme explicou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), em seu relatório, o objetivo do projeto é a redução da mortalidade e de outras conseqüências de doenças transmissíveis e não-

transmissíveis, de fatores de risco à saúde que a população está exposta e melhoria dos indicadores de saúde de grupos especialmente vulneráveis. O desembolso poderá ser feito até dezembro de 2008.

O custo total do projeto está estimado em US\$ 600 milhões, subdivididos em três fases com investimentos iguais. Em cada uma dessas três etapas, a participação do Bird deverá ser o equivalente a US\$ 100 milhões. Os outros US\$ 100 milhões deverão vir do governo federal, na forma de uma contrapartida no montante de US\$ 74 milhões, e os US\$ 26 milhões restantes dos governos estaduais, municipais e das instituições privadas beneficiadas com o projeto.

A senadora esclareceu que o projeto está incluído no Plano Plurianual (PPA) de investimentos para o período 2004/2007, com uma previsão no quadriênio de R\$ 978,07 milhões. A CAE aprovou requerimento de urgência para a tramitação das duas matérias, que terão de ser examinadas no Plenário.

Portador de hepatite deve ser isento de Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou relatório favorável ao projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que inclui os portadores da hepatite C ou B, em sua forma crônica, entre os contribuintes isentos do Imposto de Renda. O relatório da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), lido pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), rejeitou o substitutivo da Câmara dos Deputados.

O texto original da proposta foi restabelecido com apenas

uma emenda de redação, que substitui a expressão "hepatopatia grave" por "hepatite C ou hepatite B, em sua forma crônica". Essa emenda recebeu o apoio dos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Gerson Camata (PMDB-ES) e do próprio Mercadante, que ressaltaram a importância de tornar os textos legais mais acessíveis à população, facilitando assim o seu entendimento. Camata disse que propôs a criação de comissão mista para simplificar os termos legais utilizados nos



VOTAÇÃO Projeto de Romeu Tuma será submetido ao exame dos senadores em Plenário

projetos de lei e na legislação em vigor.

O projeto de Tuma (PLS 71/00) deverá, agora, ir direto para o Plenário.

Duas audiências públicas vão debater projeto de parcerias

O Plenário do Senado deverá votar o projeto do governo que cria as parcerias público-privadas (PPPs) somente após o segundo turno das eleições municipais, marcado para 31 de outubro. É que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram ontem aprofundar os debates em torno do projeto, como estava previsto, e marcaram a realização de duas audiências públicas com o objetivo de melhor estudar a matéria, que se encontra em tramitação no colegiado.

A primeira audiência pública está prevista para amanhã, a partir das 10h, e poderá contar com a presença do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa. Mas isso vai depender da agenda de ambos, já que a secretaria da CAE iniciou os contatos com a assessoria de Palocci e de Lessa logo após o término da reunião.

A segunda audiência destinada a analisar as discussões em torno das PPPs ainda não está agendada. Mas é bem provável, conforme informou o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), que ocorra entre os dias 19 e 22 de outubro, uma semana antes do segundo turno das eleições municipais.

Votação

Somente depois dessas duas reuniões, ou seja, com o projeto (PLC 10/04) devidamente instruído e selados os acordos de liderança, a matéria será votada pela CAE. Logo em seguida, o texto também passará pelo crivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) indo, posteriormente, ao Plenário. Se aprovado, volta à Câmara dos Deputados.

Deverão comparecer à audiência pública de amanhã o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy; o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Demian Fiocca; o presidente do Grupo Trevisan, Antoninho Marmo Trevisan; um representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), além do subsecretário de Assuntos Internacionais de Minas Gerais, Luiz Antônio Athayde.



Roosevelt Pinheiro

Suplicy: domingo foi dia da democracia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – foto – comemorou os 20 anos da campanha Diretas Já, que acelerou o processo de democratização do Brasil exatamente 20 anos depois do golpe de Estado que resultou no regime militar.

– Vivemos no domingo um

verdadeiro dia da democracia, com eleições nos mais de 5 mil municípios do Brasil, em clima de respeito e ordem e, embora saibamos que a nossa democracia ainda precisa ser aprimorada, não há dúvidas de que avançamos bastante – avaliou Suplicy.

O senador lembrou que está em visita ao Brasil o secretário de Estado norte-americano Colin Powell, que deve ter presenciado a festa democrática no país. E acrescentou que entre os temas tratados com Powell e o presidente Lula deve estar a missão de paz da Organização

das Nações Unidas (ONU) no Haiti, coordenada pelo Brasil.

– Eu próprio irei tratar do assunto com o secretário Colin Powell esta noite no Itamaraty, no jantar em homenagem a ele, na condição de presidente da Comissão de Relações Exteriores [do Senado] – disse.

Ideli destaca vitórias de petistas

Ao fazer um balanço do primeiro turno das eleições municipais de 2004, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) considerou os resultados obtidos extremamente positivos para o Partido dos Trabalhadores. Na avaliação da parlamentar, a cada pleito o PT mais se firma como um partido de feição nacional, e experimentou, nesse processo eleitoral, um avanço em cidades brasileiras de médio e pequeno portes. A legenda fechou o primeiro turno com 16,3 milhões de votos e conseguiu eleger, até agora, 400 candidatos a prefeito.

O desempenho alcançado pelo partido é reflexo, segundo Ideli, do crescimento das administrações petistas e das ações sociais do governo Lula.

Acréscimos

A senadora observou que, até este pleito, o partido não detinha prefeituras em Alagoas, Roraima, Amazonas, Amapá e Espírito Santo. Além de agora estar presente em municípios de todos os estados, a sigla liderou a votação no Acre, Amapá, Minas Gerais, Sergipe e Tocantins. Venceu ainda para as prefeituras de seis capitais, devendo disputar o segundo turno em outras nove.

Em aparte, Eduardo Azevedo (PSDB-MG) defendeu a aprovação da reforma política. Efraim Morais (PFL-PB) reconheceu a “vitória da democracia” nestas eleições.



Roosevelt Pinheiro

CRESCIMENTO Ideli Salvatti observa que PT conseguiu eleger 400 prefeitos, inclusive em seis capitais

Paulo Octávio defende unificação das eleições

■ Votações de quatro em quatro anos reduzem custos e beneficiam democracia, afirma autor de emenda

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) pediu apoio para sua proposta de emenda à Constituição que unifica as eleições de todos os cargos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo, nos três níveis da Federação. Ele anunciou que pedirá ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que dê prioridade à matéria (PEC 3/99), que aguarda oportunidade de ser votada no Plenário daquela Casa.

– Essa emenda permitirá uma enorme redução nos custos operacionais do processo eleitoral, além de permitir a captação da vontade popular de forma mais constante, equi-



Roosevelt Pinheiro

APELO Paulo Octávio pede ao presidente da Câmara que submeta proposta ao Plenário

librada e isenta – afirmou.

O parlamentar explicou que, para financiar os gastos das eleições deste ano, o governo federal repassou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aproximadamente R\$ 595 milhões. Com a unificação das eleições e sua realização de quatro em quatro anos, e não de dois em dois anos, os gastos com

equipamentos e pessoal serão reduzidos teoricamente em aproximadamente 50%, uma vez que o dispêndio financeiro será feito só uma vez, de quatro em quatro anos, calcula o senador.

Paulo Octávio argumenta que, dessa forma, o processo democrático será beneficiado, tendo em vista que será necessária uma atuação mais fiel ao projeto político defendido durante as eleições. Em sua opinião, os partidos políticos passarão a ter uma postura firme e fiel entre seus coligados, impedindo troca de alianças, o que ocorre constantemente a cada eleição.

Paulo Octávio disse esperar que o projeto seja enviado brevemente ao Senado, para as devidas discussões e sugestões que certamente receberá, a fim de que o país tenha um novo calendário eleitoral.

Heráclito denuncia ter sido coagido por juiz e promotor

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) denunciou que, no último sábado, véspera das eleições municipais, foi abordado pelo juiz Fernando Barbosa de Oliveira Júnior e pelo promotor Ronaldo Campos Júnior, ambos da comarca de Barreirinhas, no Maranhão. As duas autoridades do Judiciário revistaram a bagagem de Heráclito e das pessoas que o acompanhavam, à procura de malas contendo dinheiro que supostamente seria utilizado na campanha do candidato a prefeito de Barreirinhas, Albérico de França Ferreira Filho, do PMDB.

A denúncia teria partido do adversário de Albérico, o candidato petista Milton Dias Rocha Filho. De acordo com o senador pelo Piauí, capangas armados, contratados para atuar na segurança do candidato do PT,

acompanharam toda a operação. Heráclito foi a Barreirinhas, junto com cinco convidados, para fazer turismo.

Segundo Heráclito, dois automóveis de empresa turística estavam aguardando no aeroporto. De lá, eles foram para o ancoradouro, para embarcar em lanchas e iniciar o passeio, quando houve a abordagem do juiz e do promotor.

Por meio de apartes, 13 senadores demonstraram inconformismo com o episódio e expressaram solidariedade a Heráclito. Edison Lobão (PFL-MA) informou que o corregedor regional eleitoral, o desembargador Jorge Rachid, comunicou que o juiz foi notificado para prestar esclarecimentos. Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado, assegurou que fará apuração detalhada



Roosevelt Pinheiro

SOLIDARIEDADE Heráclito Fortes recebeu apartes de 13 senadores ao seu discurso em Plenário

do caso. O presidente José Sarney garantiu que medidas enérgicas serão tomadas para evitar que fato semelhante se repita. Também se manifestaram Demostenes Torres (PFL-GO), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Efraim Morais (PFL-PB), Ramez Tebet (PMDB-MS), Patrícia Saboya (PPS-CE), Almeida Lima (PDT-SE), Ney Suassuna (PMDB-PB), Tião Viana (PT-AC), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Maguito Vilela (PMDB-GO).



Célio Azevedo

MUDANÇA Heloísa diz que militantes históricos foram abandonados em seu estado

Heloísa aponta "tragédia" do PT em Alagoas

Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou “uma verdadeira tragédia” o Partido dos Trabalhadores ter deixado de lado em Alagoas “militantes históricos” com possibilidade de vitória, trocados por “personalidades que nada têm a ver com a história do partido”. Ela disse esperar que “um dia essas coisas possam ser repensadas”, e acrescentou que “a vida está dura, muito difícil, especialmente dolorosa” para ela em Alagoas.

A senadora comentou ter ficado feliz com o resultado obtido pelo candidato que apoiou em Maceió, que atingiu 10% dos votos. Lembrou que, há dez dias, “um senador do PT comemorava dizendo que o candidato não passaria de 2%”. Ela ressaltou que queria muito ser candidata a prefeita de Maceió, observando que “o requinte de perversidade” do processo de sua expulsão do PT foi este ter se consumado após o prazo previsto na legislação eleitoral para que ela pudesse inscrever sua candidatura.

Heloísa relatou que, quando esteve em Belém, as pessoas lhe perguntaram se não iria denunciar o senador Duciomar Costa (PTB-PA), candidato a prefeito na capital paraense, que disputa o segundo turno com a também senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), na Comissão de Ética do Senado. Heloísa informou que iria analisar o processo.

Comissão aprova novos embaixadores e audiência sobre decasséguis

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Antonio José Maria de Souza e Silva para o cargo de embaixador do Brasil no Timor Leste. O relator da indicação foi o senador Cristovam Buarque (PT-DF), que emitiu parecer favorável.

A CRE ainda aprovou a indicação

da embaixadora junto a Trinidad e Tobago, Gilda Maria Ramos Guimarães, e do embaixador na Malásia, Marcos Caramuru de Paiva, para acumularem os cargos com as embaixadas brasileiras na Dominica e no Sultanato de Brunei, respectivamente.

Também foram aprovados dois requerimentos para a realização de

audiências públicas. Solicitada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a primeira audiência tem a finalidade de debater com o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, a atuação das autoridades brasileiras relacionada aos dados demográficos do país e ao sistema cartográfico. O senador percebeu

que, no mapa-múndi, o Brasil está cartograficamente diminuído em relação à Europa e à América do Norte e quer saber o que impede que se respeitem as respectivas proporções territoriais.

A segunda audiência, proposta pelo senador Flávio Arns (PT-PR), destina-se a discutir a situação das famílias abandonadas por uma par-

te dos brasileiros descendentes de nipônicos que foram para o Japão em busca de trabalho, os chamados decasséguis. Para isso, serão convidados o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o presidente da Associação das Famílias Abandonadas por Dekasseguis no Brasil, Djalma Straube, e a senhora Aparecida dos Santos Kayaki.

Mozarildo comemora os 16 anos de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) registrou os 16 anos de Roraima, ex-território que foi alçado à condição de estado na promulgação da Constituição de 1988, por força de emenda constitucional de autoria do próprio Mozarildo, então deputado constituinte, segundo recordou.

O parlamentar ressaltou a importância da medida, para o desenvolvimento do extremo norte da Amazônia, alertando para a necessidade de o governo federal dar prioridade à região, hoje, a seu ver, carente de investimentos e de vigilância nas fronteiras.

A transferência de terras para Roraima, ainda em poder da União, foi cobrada pelo senador. Segundo Mozarildo, a situação cartorial das terras permanece como no então território, sem que tenha havido uma solução para a pendência.

Mozarildo recebeu apoio, em aparte, do senador Augusto Botelho (PDT-RR).



PENDÊNCIA Mozarildo cobra a transferência de terras de Roraima, que ainda estão em poder da União

Paim pede a ministro que negocie o fim da greve

■ Senador encaminha requerimento à Mesa solicitando audiências com banqueiros e grevistas

O senador Paulo Paim (PT-RS) apelou ao ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, para que ele promova o entendimento na discussão das propostas de reajuste salarial dos bancários, para assegurar o fim da greve da categoria e evitar maiores prejuízos à população e à economia do país.

Paim também encaminhou à Mesa requerimento para que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) agende audiências com representantes dos bancos e



PRIVILÉGIO Paim destaca que os bancos são o segmento da economia que mais obteve lucros em dez anos

dos bancários para discutir as propostas apresentadas durante os 21 dias de greve contabilizados até ontem. O senador justificou que nenhuma das propostas foi aceita por qualquer das partes.

Raupp protesta contra fechamento dos bancos

O fechamento dos bancos por mais de 20 dias, motivado pela greve dos bancários, gerou protestos do senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

– O transtorno é enorme, diário, e precisa ser encerrado – comentou. Em meio ao impasse na negociação entre banqueiros e bancários, Raupp tomou partido dos trabalhadores, afirmando que eles “estão corretos em defender a socialização do bilionário lucro que seus patrões estão auferindo”.

– Vimos manifestar indignação a respeito do comportamento dos bancos que, em busca do lucro desenfreado, continuam penalizando os bolsos dos cidadãos, em total desrespeito às determinações oficiais que estão em vigor e que visam disciplinar as práticas monetárias e financeiras – afirmou.

Segundo Raupp, a única preocupação do sistema financeiro nacional, nas últimas décadas, foi atuar na esfera



APOIO Valdir Raupp afirma que bancários estão corretos em querer dividir os lucros com os patrões

especulativa.

– A rentabilidade dos bancos é de 23,5%, muito superior à das empresas não-financeiras, equivalente a 8% – comparou.



DESENVOLVIMENTO Os 16 anos de criação do estado foram lembrados por Leomar Quintanilha

Quintanilha celebra avanços do Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) comemorou ontem, em Plenário, o 16º aniversário da criação do estado do Tocantins. O parlamentar saudou a população, prestou homenagem ao ex-governador Siqueira Campos, idealizador do estado, e disse que, passados 16 anos, o povo tocantinense tem muito a comemorar.

– São fortes os sinais econômicos e sociais que nos permitem comemorar com alegria a criação do estado. Tocantins melhorou muito – afirmou, ressaltando o desenvolvimento alcançado pela região.

Quintanilha comentou que, ao percorrer o estado, encontrou muita cobrança da população e reconheceu que “há muito a ser feito”. No entanto, assegurou ter encontrado no povo um “espírito de reconhecimento e gratidão” pelo que já foi feito pela classe política.

Presidindo a sessão, Romeu Tuma (PFL-SP) cumprimentou a população do Tocantins.



Lúcia Vânia lembra aniversário da Constituição de 1988

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) – foto – homenageou os 16 anos de promulgação da Constituição de 1988, de cuja elaboração participou na condição de única mulher na bancada de Goiás. Ela disse que a Constituição abriu caminho para a reafirmação dos direitos humanos e para conquistas sociais inéditas

no Brasil, mas que os constituintes sabiam que a nova Carta não era um texto acabado, tanto que, desde a promulgação, o Congresso, o Executivo e a sociedade vêm “refletindo criticamente” sobre sua essência, e têm feito mudanças atualizadoras.

A Assembléia Nacional Constituinte, destacou a senadora, ana-

lisou mais de 61 mil emendas de parlamentares, além de 122 de iniciativa popular.

– Diariamente, o Congresso Nacional registrava a presença de 10 mil pessoas em média, o que configurou a maior participação popular das cinco constituições que o país já promulgou – disse.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiou a senadora pela homenagem.

Lúcia Vânia encerrou o discurso lembrando as palavras de Ulysses Guimarães: “Esta Constituição terá cheiro de amanhã, não cheiro de mofo. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo.”

Fotos: J. Freitas



ESFORÇOS Presidente da CE, Osmar Dias (C) manifestou ao ministro Gilberto Gil apoio para a aprovação dos recursos

Gil defende emendas que destinam verbas à cultura

Ministro pede que CE aprove propostas assegurando recursos do Orçamento para museus e bibliotecas

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, solicitou apoio dos integrantes da Comissão de Educação (CE), em reunião ontem, para aprovação de duas emendas ao Orçamento de 2005, sendo uma de R\$ 100 milhões para preservação de museus e do patrimônio nacional e outra de R\$ 80 milhões para ações no setor de livros, leitura e bibliotecas públicas.

O presidente da comissão, senador Osmar Dias (PDT-PR), assegurou ao ministro que evitará esforços para que os pleitos sejam contemplados nas emendas que a CE tem direito de propor ao Orçamento.

Para a primeira área, Gil informou estar propondo uma emenda abrangente capaz de contribuir para a recuperação de museus, que, como

assinalou, encontram-se em péssimas condições, e para a conservação do patrimônio histórico, que, lembrou, está à beira da extinção.

– Estamos realizando o maior investimento na área de conservação de museus e do patrimônio e precisamos de mais recursos para continuar – afirmou, recordando que o governo federal lançou em 2003 a Política Nacional dos Museus.

A segunda emenda, explicou Gil, destina-se a elevar os recursos para que seja alcançada a meta de zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca, em parceria com grupos da sociedade.

O ministro reforçou seu propósito de elevar os recursos do Ministério da Cultura a pelo menos 1% do Orçamento da União, índice mínimo recomendado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), como lembrou. Ele disse esperar reverter, com o apoio da CE, a situação da pasta, que, nos últimos dez anos, tem re-

cebido o menor percentual do Orçamento.

Apoios

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse compartilhar com o ministro a preocupação quanto à necessidade de preservação do patrimônio histórico do país. Ele observou que em Minas Gerais tem havido roubos de imagens em igrejas e prédios históricos, o que reforça a importância da elevação dos recursos.

Para Cristovam Buarque (PT-DF), o desenvolvimento da cultura exige trabalho suprapartidário. O parlamentar assegurou seu voto para que o setor ganhe prioridade em 2005.

Em resposta ao senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) sobre a pretensão do governo de elevar o superávit primário, o ministro afirmou que não caberia a ele discutir contingências da política econômica. Gil ressaltou, entretanto, a importância de que a estabilidade econômica se mantenha e de que a austeridade fiscal se consolide como prática.

Aprovado Dia de Zumbi e da Consciência Negra

Os senadores da Comissão de Educação (CE) aprovaram ontem dois projetos de lei que instituem datas para marcar a mobilização acerca de dois temas: o Dia Nacional da Consciência Negra e o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade. Por serem terminativas na comissão, as duas matérias podem seguir direto para exame da Câmara, a menos que um mínimo de nove senadores apresente recurso para apreciação pelo Plenário do Senado.

O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra foi proposto pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e será comemorado em 20 de novembro, data da morte do líder negro. A relatora do projeto, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), enfatizou, em seu relatório, o intuito da autora de criar “um instrumento político para estimular a identificação e o reconhecimento do preconceito pela sociedade brasileira. Assim, se a história criou, espontaneamente, um mecanismo para encobrir, a sociedade política cria, conscientemente, uma instituição reflexiva para revelar”.

Obesidade

Já o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade, a ser celebrado anualmente em 11 de novembro, foi sugerido pelo senador Tião Viana (PT-AC) e recebeu voto favorável do relator, senador Aelton Freitas (PL-MG). Segundo Tião Viana, a idéia é conscientizar a população para a gravidade do problema da obesidade e lembrar que essa é uma questão de saúde pública.

Também o senador Hélio Costa (PMDB-MG), em defesa da data, observou que, ao contrário do que muitos imaginam, a obesidade não afeta apenas as camadas mais abastadas da população, mas também os pobres, que acabam se alimentando muito mal.

Durante a discussão da matéria, o senador Cristovam Buarque (PT-DF), que se absteve na votação, afirmou que preferia instituir um dia de combate à fome no país. Essa também foi a manifestação do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). O senador Demostenes Torres (PFL-GO) votou contra o projeto de lei.



MOBILIZAÇÃO Senadores da Comissão de Educação aprovaram também o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade, a ser celebrado em 11 de novembro

Comissão aguarda ministro para discutir sistema de cotas

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), aguardará a presença do ministro da Educação, Tarso Genro, em audiência pública, antes de analisar projetos de lei que tratam do estabelecimento de cotas nas instituições de ensino superior. Depois de falar com o ministro pelo telefone celular da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), o presidente da CE adiou a votação de projeto nesse sentido que seria realizada ontem.

O senador Juvêncio da Fonseca

(PDT-MS) chegou a apresentar requerimento convocando o ministro da Educação – o que tornaria a vinda obrigatória –, uma vez que ele não teria respondido aos convites de comparecimento feitos pela comissão. Mas, diante do telefonema do ministro, o senador desistiu de propor a convocação.

Segundo Osmar Dias, Tarso Genro já foi convidado cinco vezes a debater na comissão o sistema de cotas, mas nunca compareceu. O presidente da CE destacou que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, já

veio quatro vezes à comissão. O senador José Jorge (PFL-PE) disse que o ministro da Educação vem sendo convidado desde abril e que, em vez de discutir o tema com os senadores, encaminhou uma medida provisória sobre o assunto.

Ideli explicou que Tarso Genro teve que apresentar uma medida provisória regulamentando a política de cotas porque não seria possível aguardar deliberação do Congresso a tempo de as propostas entrarem em vigor em 2005.

– Há um projeto do Executivo, vá-

rios outros de parlamentares e uma medida provisória sobre o assunto aguardando exame do Congresso Nacional – destacou.

A senadora sugeriu que, além do ministro, sejam ouvidos em audiência pública outros interessados no assunto, como associações de alunos, professores e dirigentes de universidades. Ideli deverá apresentar requerimento nesse sentido em breve.

Os senadores pretendem discutir com o ministro o estabelecimento de cotas em universidades públi-

cas, considerando que há diversos projetos diferentes sobre o tema tramitando no Congresso. A proposta que seria votada ontem tem como autora a então senadora Íris de Araújo e garante vagas para alunos carentes. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) apresentou parecer favorável à matéria (PLS 215/03).

Rádios e TVs

Na reunião realizada ontem, os membros da Comissão de Educação aprovaram 210 renovações e autorizações de funcionamento de rádios e TVs.